

**MICROCRÉDITO E (DES)
EMPODERAMENTO DAS
MULHERES
BENEFICIÁRIAS NO
BANCO DO POVO EM
PALMAS /TO**

**MICROCREDIT AND
DISEMPOWERMENT OF WOMEN
BENEFICIARIES AT THE BANK OF
THE PEOPLE IN PALMAS/TO**

**MICROCRÉDITO Y (DES)
EMPODERAMIENTO DE LAS
MUJERES BENEFICIARIAS EN EL
BANCO DEL PUEBLO EN
PALMAS/TO**

**Temis Gomes Parente¹
Elieane Campelo Coelho^{2, 3}**

RESUMO

O microcrédito tem sido adotado em diversos países como uma ferramenta capaz de gerar renda, reduzir desigualdades sociais e empoderar mulheres. Neste contexto, com foco na perspectiva de gênero, o presente artigo tem como objetivo analisar se o microcrédito contribuiu para o empoderamento de mulheres beneficiárias do Banco do Povo em Palmas/Tocantins. A metodologia adotada é a História Oral que desnuda redes do cotidiano das beneficiárias, que

¹ Doutora em História do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins/UFT. E-mail: temis@mail.uft.edu.br.

² Graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Especialista em Comunicação, Educação e Novas Tecnologias (UFT). Mestre em Desenvolvimento Regional (PPGDR/UFT). E-mail: elienejor@gmail.com.

³ Endereço de contato dos autores (por correio): Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional. Universidade Federal do Tocantins. Quadra 109 Norte, Avenida NS15, ALCNO-14 - Plano Diretor Norte, Palmas - TO, 77001-090.

lhes dá voz e traz à tona processos desencadeados a partir do microcrédito. Os depoimentos evidenciam que, apesar de o microcrédito trazer melhorias nas condições de vida, o empoderamento destas clientes não foi alcançado no sentido de dar-lhes condições de emancipação, autonomia, participação social, autoestima e formação educacional.

PALAVRAS-CHAVE: Microcrédito; Perspectiva de gênero; Empoderamento; Desempoderamento; Banco do Povo.

ABSTRACT

Microcredit has been adopted in several countries as a tool capable of generating income, reducing social inequalities and empowering women. In this context, focusing on the gender perspective, this article aims to analyze whether microcredit contributed to the empowerment of women beneficiaries of the People's Bank in Palmas / Tocantins. The methodology adopted is the Oral History that bares networks of beneficiaries' daily life, which gives them voice and brings to the fore processes triggered by microcredit. The testimonies show that, although microcredit brings improvements in living conditions, the empowerment of these clients was not achieved in the sense of giving them conditions of emancipation, autonomy, social participation, self-esteem and educational training.

KEYWORDS: Microcredit; Gender perspective; Empowerment; Deforestation; Bank of the People.

RESUMEN

El microcrédito ha sido adoptado en diversos países como una herramienta capaz de generar ingresos, reducir desigualdades sociales y empoderar a mujeres. En este contexto, con foco en la perspectiva de género, el presente artículo tiene como objetivo analizar si el microcrédito contribuyó para el empoderamiento de mujeres beneficiarias del Banco del Pueblo en Palmas / Tocantins. La metodología adoptada es la Historia Oral que desnuda redes de lo

cotidiano de las beneficiarias, que les da voz y trae a la luz procesos desencadenados a partir del microcrédito. Los testimonios evidencian que, a pesar de que el microcrédito trae mejoras en las condiciones de vida, el empoderamiento de estas clientes no fue alcanzado en el sentido de darles condiciones de emancipación, autonomía, participación social, autoestima y formación educativa.

PALABRAS CLAVE: Microcrédito; Perspectiva de género; empoderamiento; pérdida de poder; Banco del Pueblo.

Recebido em: 13.01.2019. Aceito em: 12.03.2019. Publicado em: 01.04.2019.

1 INTRODUÇÃO

A construção de condições de empoderamento feminino tem sido uma das preocupações do governo de diversos países e também de órgãos internacionais como o Banco Mundial, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Organização das Nações Unidas (ONU). Esta questão está vinculada, sobretudo, aos programas voltados para a equidade de gênero, aumento de emprego e renda e luta contra a pobreza.

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa desenvolvida em Palmas/ Tocantins, com beneficiárias do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Economia Popular e Solidária do Município de Palmas – BANCO DO POVO, que realizaram empréstimos de pequenos montantes, o chamado microcrédito, entre 2014 e 2016. Foi constatado por meio da metodologia que consistiu na História Oral, que o acesso aos recursos financeiros do microcrédito pode trazer melhorias nas condições de vida das mulheres pesquisadas, no entanto, apenas o fator renda não foi capaz de empoderá-las.

As políticas públicas que possuem a capacidade de fortalecer o empoderamento feminino, bem como as ações voltadas para geração de emprego e renda, devem receber atenção especial dos governantes devido aos ganhos sociais advindos desta estratégia de desenvolvimento, por se tratar de uma política que não apenas atenua o problema da pobreza, mas que proporciona outros ganhos sociais.

O processo de empoderamento resultante destas políticas públicas é multidimensional, envolvendo assim, família, renda, políticas públicas, educação e outros elementos sociais. Neste artigo, o empoderamento é abordado no sentido de se dar condições para as mulheres alcançarem emancipação política

e econômica, maior autonomia, participação social, autoestima e formação educacional sendo, portanto, o empoderamento, um fator importante na vida destas mulheres e que impacta diretamente na formação de seus filhos e de todas as pessoas que convivem com elas (CARRILLO; MARTELO, 2015).

O autoemprego⁴ e as atividades relacionadas à vida doméstica são os ramos adotados pela maior parte de beneficiárias do Banco do Povo, corroborando afirmações de Horta, Carrillo, Martelo (2015), Cacciamali et al., (2014), De Kruijf., (2015) que alertam que estas atividades reforçam e perpetuam papéis sociais impostos às mulheres ao longo dos séculos, a chamada cultura da domesticidade.

Quando os governos utilizam o microcrédito considerando a perspectiva de gênero iniciam-se transformações individuais e grupais junto aos seus beneficiários e beneficiárias como o aumento da autoestima, da capacidade de tomar decisões, aumento do poder de crítica e argumentação.

Essas transformações irão mudar a forma de lidar com o cotidiano, com as relações sociais entre homens e mulheres, nas quais tradicionalmente ocorre a dominação masculina. Ao empoderar-se a mulher passa a ter consciência de si própria como autônoma e passa a ter condições para rebater quaisquer comportamentos de dominação e violência (HORTA, CARRILLO, MARTELO, 2015).

Os papéis de gênero são abordados, conforme define Parente (2007, p. 105), sendo "comportamentos e atitudes socialmente esperados pelos membros de uma sociedade, diferenciados por sexo, (...) padrões, regras que uma dada

⁴ No autoemprego o indivíduo concentra esses dois papéis em uma única figura, de tal forma que ele seja detentor das máquinas, equipamentos e insumos necessários à produção, e ainda utilize o próprio trabalho no processo produtivo. Isso implica no conhecimento de todos os passos do processo produtivo, e na detenção das ferramentas, força de trabalho e capital necessários ao processo produtivo. (GOMES, 2009, p. 25)

sociedade estabelece para com seus membros” sendo, em sua maioria, naturalizados na forma de aspectos culturais que marcam o campo social de forma desigual e sexista, sempre em detrimento das mulheres, colocando-as numa condição de subordinação.

Nos depoimentos, ao se analisar os papéis de gênero, percebe-se na narrativa das beneficiárias, que “o aprendizado com os papéis conduz ao conhecimento e à internalização de modelos daquilo que pode ser considerado adequado, ou não, para o homem ou para a mulher de determinada sociedade, o que certamente leva a se verificar se a forma de participação estabelecida propicia ou não o seu empoderamento” (OLIVEIRA, PARENTE, 2015, p. 94).

A partir do uso, pelos historiadores, da categoria gênero na análise histórica é possível abarcar novas e amplas significações das relações sociais com suas múltiplas facetas e intersecções e, sobretudo, dar voz e reconhecimento aos excluídos e invisibilizados no processo histórico (SCOTT, 1990). Nesta perspectiva, que a análise de gênero é aplicada e interpretada pelo presente estudo.

2 MICROCRÉDITO E EMPODERAMENTO NA PERSPECTIVA DE GÊNERO

2.1 Perspectiva de gênero e empoderamento feminino

O termo gênero é relacional e origina-se na vivência cotidiana de homens e mulheres como conceitua Joan Scott (1990). Neste sentido, Lagarde (1996) afirma que todas as ações podem ser focalizadas a partir de uma perspectiva de gênero, pois, esta perspectiva, além de reconhecer a diversidade de gêneros e a existência de mulheres e homens, que vivenciam experiências cotidianas estruturadas sob uma normatividade de gênero, traz à tona a

possibilidade de uma nova configuração da sociedade baseada em ações resultantes de uma visão crítica e de uma democracia equitativa. Não sendo possível dissociar, portanto, a perspectiva de gênero de nenhuma atividade social de um indivíduo.

De acordo com Deere e León (2002) apud Oliveira e Parente (2015, p. 94) o empoderamento é um pré-condicionante da igualdade de gênero. As autoras definem que “o empoderamento deve ser visto como um alicerce capaz de proporcionar visões alternativas às mulheres, e essas visões se tornarão realidades, na medida em que as relações sociais mudarem”.

Parente (2012, p. 277) demonstra ainda que, as ações e políticas que não observam a condição da mulher no momento de sua construção ou implantação acabam por legitimar essas desigualdades de gênero e o fazem seguindo a tendência cultural naturalizada de “identificar as mulheres com a casa, e os homens com a produção. Essa posição é referendada nas estruturas sociais: as mulheres são vinculadas à arena privada da casa e às relações pessoais; os homens, à arena pública do comércio, da produção e da política”.

Essa realidade foi evidenciada neste estudo ao constatar-se que no Banco do Povo em Palmas/TO não há registro de dados ou programas dentro da linha do microcrédito para um acompanhamento baseado no fator de gênero. Não há dados dos clientes informando quantos homens e quantas mulheres são atendidos anualmente, não há sistematização de dados como idade, raça, etnia, se é morador da zona urbana ou rural, formação educacional e dentre outros.

Assim como também não foi possível identificar ações no sentido de capacitar, informar ou apoiar as beneficiárias na gestão de seus empreendimentos, aumento da autoestima e melhorias na qualidade de vida.

Neste estudo, sobre as beneficiárias do microcrédito por meio do Banco do Povo ficam claras as implicações que as relações de poder, de sentimento de posse e de subjugação, impostas pela cultura baseada em gênero, que determinam as vivências femininas.

2.2 Desvendando o microcrédito por meio da História Oral

A História Oral possibilitou neste estudo “conhecer os sonhos, anseios, crenças e lembranças do passado de pessoas anônimas, simples, sem nenhum *status* político ou econômico, mas que viveram os acontecimentos de sua época” (MATOS, SENNA, 2011, p. 101). Ao abordarmos estas beneficiárias com a História Oral construímos uma nova narrativa do processo social em que elas se encontram inseridas.

A História Oral aponta traços e especificidades na vida dessas mulheres e na sua relação com o microcrédito e dá a elas oportunidade de “trazer à tona suas experiências pessoais e subjetivas, para que possam refletir acerca de sua participação dentro do empreendimento, o que pode vir a ser a possibilidade da construção de uma nova história” (PARENTE, 2015, p. 96).

A História Oral, como metodologia tem, como fatores determinantes, a subjetividade (memórias, lugares e afetividades) e a pluralidade de vozes apresentadas pelo grupo em tela. Trabalha-se com dimensões do real onde são apreendidos dados que não podem ser quantificados e muitos menos analisados através de estatísticas e métricas, visto que os fatores advêm de “processos relacionais, subjetivos e intersubjetivos, simbólicos, históricos e seus contextos sociais” (SILVA; BARROS, 2010, p. 68).

Parente (2007, p. 106) destaca que, “o uso de fontes orais ampliou positivamente o cenário da pesquisa histórica e, nele, introduziu novos tópicos

de investigação, tais como a vida diária, as atividades domésticas e a esfera privada”, lançando luz sobre questões historicamente ignoradas, intencionalmente ou não, porém importantes para aquelas pessoas que carregam o fardo de vivenciar silenciosamente essas particularidades.

Embasada por autores e estudiosos da História Oral como Portelli (1997), Salvatici (2005) e Parente (2012), percebe-se que as vozes das mulheres beneficiárias do microcrédito não podem ser deixadas de lado em um canto escuro, é preciso lançar luz sobre estes locais, oportunizar relatos e apresentar uma diversidade de versões, para assim pluralizar e democratizar a construção da história.

Foram entrevistadas neste estudo 11 mulheres que assinaram contratos com o Banco do Povo em Palmas/TO, no período de 2014 a 2016, e que atuam em ramos como costura, venda de alimentos, vendas ambulantes, serviços de beleza e outros. As participantes possuem idade entre 33 e 65 anos.

A escolha das depoentes foi realizada aleatoriamente no grupo das atendidas pelo Banco do Povo no período estudado, tendo em vista a necessidade de que estas mulheres já tivessem vivenciado todo, ou pelo menos grande parte, do processo de utilização do microcrédito. Tendo, portanto, assinado os contratos, recebido os recursos do microcrédito, utilizado esses recursos e vivenciado o período de quitação das parcelas.

Nas entrevistas as depoentes relatam a idade, etnia, escolaridade, estado civil, presença ou ausência de filhos e período em que realizaram/assinaram o contrato de microcrédito. Discorrem ainda sobre a utilização dos recursos contratados, tarefas domésticas e cuidado com os filhos e temas do seu cotidiano, sonhos pessoais e desafios e ações e atividades que participam na comunidade.

A análise das entrevistas teve como objetivo captar o real sentido dos relatos, os sentimentos, os silêncios, as imprecisões, comportamentos e crenças fazendo emergir traços históricos e práticas sociais, muitas vezes desconhecidos pelas próprias depoentes (PARENTE, 2012).

2.3 Empoderamento

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (2014) e a ONU Mulheres (2016) destacam que a igualdade de gênero e o empoderamento feminino melhoram a qualidade de vida e a convivência entre homens e mulheres, promovendo assim, a justiça social e interferindo positivamente nas políticas de crescimento dos países e no aumento do empoderamento feminino.

Segundo Campos (2014, p. 108):

O empoderamento da mulher pode vir do poder de barganha, ilustrando as diferenças familiares no exercício de cooperação cotidiana. Outro enfoque é trabalhar a consciência de mulheres e homens, contra o termo subordinação enraizada nos mesmos, e reforçada pelas religiões e educação.

Empoderamento, neste trabalho, é entendido como o desenvolvimento da confiança individual ou coletiva das próprias capacidades, sejam elas espirituais, políticas, sociais ou econômicas (DEERE; LEÓN, 2002 apud PARENTE; GUERRERO, 2012, p. 176). Trata-se de um conjunto de conceitos e apropriações que intervêm na vida das mulheres ajudando-as a quebrar rígidas esferas de submissão e poder, seja em suas relações pessoais, profissionais, étnicas ou de classe.

Parente (2007) destaca que, o empoderamento “também é o mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades assumem o controle dos

próprios assuntos, da própria vida, de seu destino”, passam a se reconhecerem capazes de “produzir, criar e gerir”.

Empoderar-se denota um despertar político e relacional no sentido de buscar melhorias para sua condição de vida, podendo ser considerado, portanto, um ato de emancipação pessoal (BAQUERO, 2012, p. 174). Por isso, o termo possui ligação com duas dimensões: a educativa e a política, como explica a autora:

No que pese o uso indiscriminado do termo, os debates sobre empoderamento apontam para duas dimensões essenciais a serem consideradas: a educativa e a política, uma vez que visões de mundo e de propósitos sociais diferenciados orientam as distintas concepções e ações de empoderamento.

A ideia central, de acordo com os autores, é que com o dinheiro do microfinanciamento e a sua própria criatividade estas mulheres poderiam sair da condição de subordinação e assim iniciar um círculo virtuoso (MYRDAL, 1976), em que possam produzir, investir, ter sua renda e, assim, transformar suas vidas.

Após mais de 30 anos do início das operações de microcrédito essa metodologia aporta contradições. Se por um lado a mulher se firma no mercado produtivo, melhora suas condições de vida e aumenta sua participação na tomada de decisão em casa e na comunidade onde vive, por outro lado, o empréstimo é fator de desempoderamento, visto que coloca a mulher na condição de devedora, principalmente quando há má aplicação/gestão do recurso, dupla ou tripla jornada de trabalho.

A mulher beneficiária do microcrédito e as demais, para alcançar o empoderamento, devem alcançar poder dentro de si mesma e, a partir disso, iniciar um processo de desenvolvimento de suas potencialidades como ser

humano.

2.4 Microcrédito

O microcrédito é um ramo da Microfinanças que consiste em programas e operações creditícias para viabilizar o empréstimo de pequenas quantias às pessoas de baixa renda (GOULART, NETO, 2012), com o objetivo de fortalecer e estruturar pequenas atividades produtivas. De acordo com Horta e colaboradores (2014), se trabalhado de forma a promover a equidade de gêneros e o empoderamento feminino, o microcrédito pode iniciar um processo de reordenamento do espaço doméstico a partir da emancipação e desenvolvimento de novas capacidades femininas, possibilitando assim, que a mulher atendida saia do espaço doméstico para o espaço público.

As organizações de microcrédito financiam pequenos e micro empreendimentos, formais ou informais, que geralmente não acessam os grandes empreendimentos financeiros devido à impossibilidade de cumprir com a extensa lista de exigências destas instituições. Os valores contratados costumam serem usados para aquisição de matéria-prima, equipamentos ou como capital para iniciar uma nova atividade que venha a gerar renda para o tomador.

De acordo com Tometich e colaboradores (2013), o microcrédito nos moldes que é aplicado atualmente surgiu com a criação do Grameen Bank em Bangladesh em 1974, por iniciativa do bengalês Muhammad Yunus, fundador do banco e criador de suas diretrizes e filosofia. Yunus emprestou do próprio bolso a quantia de 27 dólares para artesãos de uma aldeia, para a compra de matéria-prima para fabricação de bancos de bambu.

2.5 Microcrédito como Política Pública Municipal

O Banco do Povo em Palmas/TO foi criado pela Prefeitura Municipal de Palmas, por meio da Lei nº 1367/2005, regulamentada pelo Decreto nº 198 de 2006, que tem por meta principal a implantação da política de microcrédito no município articulada com a política estadual, nacional e internacional de microcrédito.

A instituição realiza concessão de empréstimos e apoio para qualificação de micro e pequenos empreendedores, como no caso de cooperativas, viabilizando a criação de novas oportunidades de trabalho e renda, promovendo ainda, apoio às incubadoras sociais que operam com recursos próprios do orçamento municipal tendo recebido no seu primeiro ano de existência um investimento de R\$ 1.500.000 de reais, com o qual operacionalizou 445 (quatrocentos e quarenta e cinco) contratos que financiou a quantia de 958 mil reais.

Por ser uma instituição financeira municipal o Banco do Povo é financiado via Lei Orçamentária Anual (LOA) e fiscalizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE). Os financiamentos variam de R\$ 500 a R\$ 5 mil reais para pessoa física e de R\$ 1 mil a R\$ 10 mil reais para pessoa jurídica com uma taxa de juros de 1% ao ano, e com prazos de pagamento de um a 24 meses para os empreendedores formais e de um a 18 meses para os informais.

Nos anos abordados neste estudo, de 2014 a 2016, o Banco do Povo em Palmas emprestou cerca de seis milhões de reais para mais de 700 beneficiários e beneficiárias (GOULART, NETO, 2012). Trata-se de um recurso considerável se avaliarmos que a cidade de Palmas possui apenas 29 anos e uma população estimada pelo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em

aproximadamente 280 mil habitantes.

Para realizar um empréstimo no Banco do Povo é preciso comprovar ser dono de um negócio formal ou informal e não estar incluído na relação de inadimplentes do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), do Serasa ou na Dívida Ativa do município ou do Estado tendo prioridade de atendimento mulheres, famílias em condições de risco, empreendedores não atendidos pelas políticas públicas sociais compensatórias na área de geração de trabalho e renda, portadores de necessidades especiais e empreendedores que não acessem as formas convencionais de crédito devido à falta de garantias reais.

Além de empréstimos, o Banco do Povo oferece assessoria e capacitação para os empreendedores financiados, disponibilizando um corpo técnico de consultores que orienta desde a elaboração do projeto até a sua execução.

2.6 As narrativas e construções cotidianas: Retratos de mulheres

Foram entrevistadas para este estudo 11 mulheres com idade entre 33 e 65 anos. Destas, sete depoentes são casadas ou estão vivendo em união estável há mais de um ano e todas as sete são mães de dois ou mais filhos; duas das participantes são solteiras, sendo uma delas mãe de duas filhas e a outra não possui filhos. Duas beneficiárias entrevistadas são divorciadas, uma delas é mãe de dois filhos e a outra é mãe de oito filhos.

Das 11 informantes, cinco atuavam em negócios desenvolvidos na sua própria residência, uma em sala comercial, duas em espaços nas praias, uma é ambulante e duas atuam prestando serviços no lago de Palmas.

Durante as entrevistas as depoentes relataram que para ter acesso ao financiamento no Banco do Povo em Palmas/TO (BPP), dirigiram-se até a instituição, onde foram informadas sobre a documentação necessária para

montar um processo de abertura de crédito. Nesta etapa, a instituição solicita cópias e originais de documentos pessoais como CPF, RG, um comprovante de endereço de cada solicitante e de seu avalista e um comprovante de renda do avalista.

Após esse primeiro passo, o gerente do BPP verifica junto ao SPC e Serasa se há alguma restrição no nome das solicitantes ou de seus avalistas e, se não houver restrições é agendada uma visita técnica em que um agente de crédito vai ao estabelecimento onde são desenvolvidas as atividades das beneficiárias, para ter certeza que a cliente atua no ramo informado.

Após esse procedimento, os agentes encaminham seu parecer técnico para um comitê que aprova ou não o financiamento conforme explica Goulart e Neto (2012, p. 12):

Após a visita técnica, o agente de crédito encaminha o processo para a análise do comitê de crédito, que decide por sua liberação ou não. Segundo nossas observações o comitê de crédito não realiza reuniões ordinárias. Elas são realizadas em datas conforme a quantidade de processos e a disponibilidade e interesse do presidente (Diário de Campo, 22/06/2010). Não encontramos referências às atividades do comitê de crédito de um banco do povo na literatura específica e não pudemos realizar uma observação participante de uma reunião dessas do BPC. Aprovado o crédito, o cliente e seu avalista são chamados para assinar o contrato.

Durante a realização das entrevistas ficou clara a mudança de postura das entrevistadas quando os respectivos companheiros estavam por perto, assistindo ou/e participando das entrevistas. Em três ocasiões essa situação ocorreu por alguns minutos, em que os companheiros sondaram o teor das entrevistas, e após alguns minutos se retiraram do local. Apenas um companheiro insistiu em assistir à entrevista da esposa do início até o final do encontro.

Nestes momentos percebe-se um nível de constrangimento das depoentes com a presença dos companheiros, que ao se posicionarem no mesmo ambiente onde eram realizadas as entrevistas nitidamente influenciaram as respostas das entrevistadas.

A renda e o trabalho são determinantes na conquista e vivência do empoderamento feminino, principalmente, por tratar-se de fatores essencialmente ligados às possibilidades de emancipação e de independência feminina (GARCIA; ZAPATA, 2012). No caso das beneficiárias do BPP constatou-se que a busca por uma forma de renda é a principal motivação destas mulheres para buscar a contratação do microcrédito.

2.7 Microcrédito utilizado para outros fins

Também foi constatado neste estudo que a maior parte dos recursos contratados via microcrédito foi usado para outras finalidades, alheias à atividade comercial, como por exemplo, pagamento de dívidas residenciais, tratamento de saúde, custeio cursos para filhos e filhas, aluguel, funeral e viagens. Estas são ações alheias a real finalidade do microcrédito. Como, por exemplo, a participante 01⁵ que afirma que usou parte do dinheiro para pagar contas de casa, empréstimos que havia feito com pessoas conhecidas e também conta que comprou remédios para a irmã, quando esta ficou doente.

Conforme relata:

Peguei primeiro cinco mil, gastei no mercado, comprei tudo que o mercado precisa e, paguei umas conta, eu tava preocupada, porque eu tinha umas continha, tem conta que você tem que pagar em dia, aí eu pensei - eu vou pegar o dinheiro, eu pago e fico livre. Aí eu toco a vida pra frente. Eu pego o empréstimo e num guardo o dinheiro, ele

⁵ Para cumprir a determinação do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFT, a identidade das entrevistadas foi mantida em sigilo.

chega e sai pra fora, pagando as contas, pago tudo de conta, compro mais, jogo no mercado, o que tem no mercado tudo é meu, num tem nada de ninguém. Tudo é meu. (...) No segundo empréstimo eu devia uns biquinhos e eu num gosto de dever gente, eu gosto de dever o banco, aí eu digo ... vou pegar o dinheiro no Banco do Povo e aí eu pago todo mundo e o que sobrar eu jogo na prateleira. Também ajudei minha irmã no tratamento de saúde, ela veio do interior e ficou aqui em casa, eu tive que fazer a despesa toda.⁶

Conforme García e Zapata (2012, p. 102), quando usado de forma adequada o microcrédito é uma ferramenta de luta contra a pobreza e seu principal papel é inserir as mulheres na esfera pública “um lugar tradicionalmente ocupado pelos homens e cenário a partir do qual emergem um dos problemas estruturais históricos: o acesso desigual das mulheres aos recursos e sua limitada participação econômica-política”.

Nesse estudo percebemos que ao ter acesso ao recurso financeiro do microcrédito as mulheres passam a contribuir com as despesas de suas famílias, porém não ocupam lugares de comando e decisão, de modo que, não são inseridas em processos sociais e políticos de sua comunidade, continuam nas atividades ligadas à esfera doméstica, sem acesso às melhorias em sua escolaridade, saúde e, em sua maioria, com uma carga de tarefas ampliada.

A inserção no mercado de trabalho, a baixa escolaridade e a necessidade de cuidar dos filhos são as principais dificuldades enfrentadas e relatadas pelas mulheres entrevistadas neste estudo que, em busca de renda e sustento para suas famílias, afirmaram desenvolver atividades por conta própria, sendo que, a grande maioria na própria residência ou num espaço bem próximo de sua moradia.

Todas as participantes relatam ter uma rotina ‘cansativa’ tendo a maior parte delas que acordar diariamente antes das 5 horas da manhã. No caso das

⁶ Entrevista realizada no dia 26 de janeiro de 2018.

mulheres aquicultoras,⁷ elas relataram já ter iniciado suas atividades às 22 horas e só finalizar às 8 horas (ou seja, elas pernoitam trabalhando em seus barcos).

2.8 Da informalidade no trabalho

Nos relatos das depoentes fica evidente que todas as 11 realizavam trabalhos sem carteira assinada e por conta própria, o chamado trabalho informal. Elas aderiram a esse tipo de atividade por enfrentar dificuldades em adentrar no mercado de trabalho. Muitas delas relatam que por não ter onde deixar os filhos menores de idade para trabalhar, ter que cuidar de idosos ou por ter baixa escolaridade atuaram com venda de produtos de beleza, pães, bolos, bebidas, salgadinhos, confecção e vendas de roupas e calçados, dentre outras atividades, e iniciaram essas atividades por conta própria, diante da necessidade de aumentar a renda da família.

Neste contexto, a participante 01 relata que fazia pães e bolos na sua casa e revendia para a vizinhança e afirmou se preocupar com a aposentadoria, pois não tinha carteira assinada e pensa em se aposentar no futuro conforme conta: “aposentadoria é complicado, porque você tem que pagar os boletos tudo em dia. Eu tentei pagar por conta própria. Comecei pagando direitinho, mas aí [...] tive caso de doença na família, parei. Mas eu quero colocar em dias, eu quero comer do Governo ainda uns 20 anos”.

A participante 09⁸ conta que atuou por mais de 30 anos como pescadora, porém sem estar legalizada junto aos órgãos que regulamentam essa atividade. Ela explica que muitas vezes a pescaria era apenas um trabalho

⁷ Quem cria animais aquáticos ou se dedica ao cultivo de plantas aquáticas. Indivíduo que pratica aquicultura com fins comerciais (compra e venda), construindo um ambiente próprio para a criação de peixes, mariscos ou para o cultivo de produtos naturais (DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS, 2018).

⁸ Entrevista realizada no dia 03 de fevereiro de 2018.

para sua subsistência, porém, relata que comercializava o peixe no município em que vivia e usava o dinheiro para comprar outros produtos e pagar o aluguel de sua residência, pois o esposo trabalhava na roça.

O depoimento da participante 02⁹ também mostra o desenvolvimento de trabalho informal, somente após procurar o BPP, essas mulheres se inscreveram no Portal do Microempreendedor Individual. Antes, elas 'se viravam' à sua maneira e sempre encontravam uma forma de trabalhar e cuidar da família, mesmo que para isso, passem a enfrentar a ampliação da jornada de trabalho.

As mulheres enfrentam muitas outras barreiras sociais, ancoradas principalmente nas relações de gênero, raça e classe social. Mesmo tendo acesso ao capital do microcrédito para investimento uma das depoentes, a participante 06¹⁰, de 39 anos, relatou que não conseguiu 'tocar' o seu negócio, hoje se encontra desempregada (atua como diarista). Conforme relata a participante 06:

Eu vi que as coisas foi ficando difícil, as vendas tudo eram fiado ou parcelado em muitas vezes. O povo não me pagava. Daí eu tive muita dificuldade, daí eu tive que fechar. Paguei o empréstimo e fechei a loja. Depois eu procurei serviço, mas, eu não consegui serviço porque as pessoas só pega se tiver experiência e eu não tenho.

Essas dificuldades, essas características e vivências que são narradas por essas mulheres trazem traços de desigualdade e de opressão, a mulher luta contra pensamentos socialmente solidificados de que a mulher é inapta para conduzir uma empresa, a mulher não vai cobrar os clientes e por isso as vendas a crédito acabam por fracassar. Essas construções sociais negativas só ficam visíveis quando se atua com a perspectiva de gênero.

⁹ Entrevista realizada no dia 27 de janeiro de 2018.

¹⁰ Entrevista realizada no dia 02 de fevereiro de 2018.

A partir dessa perspectiva é possível que as ações e estudos construídos sobre diversos temas façam com que pela primeira vez as mulheres sejam vistas como protagonistas, destinatárias e beneficiárias das políticas públicas e dos processos participativos. Elas deixam de atuar conforme dita o sentido patriarcal, no qual eram como “ser-para-os-outros” e passam a expressar suas aspirações, saem de uma condição de alienação e passam a agir “para-si”, passam a enfrentar a opressão, a buscar melhores condições de vida, a cuidar de si mesma e a tornar-se protagonista de sua vida (LAGARDE, 1996).

2.9 Atividades domésticas ou realizadas na própria residência

Nos relatos das clientes do BPP, evidencia-se que as atividades desenvolvidas pelas mulheres beneficiárias são atividades atreladas às funções reprodutivas e domésticas, pois a maioria das beneficiárias desenvolvem as atividades em suas próprias residências ou em locais muito próximos a estas.

De tal forma que, das 11 entrevistadas cinco desenvolvem suas atividades dentro da própria casa, na maioria das vezes, enquanto continuam a realizar as suas tarefas cotidianas de mãe e esposa, lavando, passando, cuidando dos filhos, dentre outras tarefas. Como relata a participante 11¹¹:

Faz mais de 40 anos que eu trabalho com costura, no início era com vestido de noiva, sempre cuidando da casa (...) Eu que faço o serviço de casa, trabalho em casa e no atelier. Acordo muito cedo, levanto 5h40min pra fazer a caminhada, os exercícios, que eu tenho que fazer...eu já levanto com tudo programado... aí chego, preparo o café da manhã, tomo banho e vou para o atelier, quando dá onze, onze e pouco... venho fazer o almoço. Depois volto para o serviço, e assim, passo o dia todo.

¹¹ Entrevista realizada no dia 05 de abril de 2018.

A participante 03¹² também relata que divide sua rotina entre cuidar do salão de beleza, que está instalado numa sala construída em sua residência, e cuidar dos três filhos, sendo dois adolescentes e um bebê de um ano e quatro meses. A depoente disse que o cuidado com a casa e com os filhos acaba por limitar sua atuação profissional e foi determinante na hora de definir o local de seu negócio, no caso um pequeno salão de beleza.

Sobre a participação do marido nas tarefas diárias da casa e também no cuidado com os filhos a participante 11 relata que:

Ele nunca ajudou porque sempre trabalhou fora e eu também trabalhava fora, antes de ganhar a bebê era fora ... Quando eu ganhei ela eu parei de trabalhar fora e comecei a costurar em casa ...fazia os vestido de noiva, e foi assim até ela fazer nove anos, daí depois dos nove anos eu voltei a trabalhar em atelier.

Das sete depoentes restantes, duas trabalham em barracas na praia e ali almoçam, sendo que passam o dia com suas famílias e outras duas atuam no lago de Palmas, onde acampam e também acumulam as funções de aquicultoras e donas de casa.

A participante 05¹³ relata acúmulo de tarefas com jornada na barraca de comida e em casa. De acordo com ela, os serviços são divididos com a nora atualmente, porém o marido nunca dividiu ou executou funções de cuidado de casa e dos filhos do casal. "Todo dia eu venho trabalhar aqui, chego às 8 horas, tenho horário para chegar, mas não tenho para sair daqui. Mas antes de vir para cá, tenho o serviço de casa, agora tenho minha nora que me ajuda, antes eu fazia sozinha ou pagava alguém pra me ajudar".

Ainda sobre divisão sexual do trabalho García e Zapata (2012) destacam

¹² Entrevista realizada no dia 27 de janeiro de 2018.

¹³ Entrevista realizada no dia 30 de janeiro de 2018.

que, mesmo havendo mudanças na estrutura do trabalho que trouxesse as mulheres para o espaço produtivo, essas mudanças, mesmo com todos os esforços das mulheres neste sentido, não alterou a figura ou o papel dos homens que permaneceu quase intacta. A mulher acumulou então funções, atividades e ampliou sua jornada. Elas assumiram um duplo papel ao atuar no mundo produtivo e no reprodutivo.

2.10 Educação: dificuldades em prosseguir com a formação escolar

As mulheres entrevistadas relataram que desde a infância enfrentaram barreiras para iniciar ou dar continuidade aos estudos. A jornada de trabalho, segundo as depoentes, é um fator determinante na ausência de maior capacitação e formação educacional em suas vidas. Nenhuma das 11 entrevistadas possui ensino superior completo.

Uma das dificuldades para continuar o ciclo de ensino é o acúmulo de tarefas como confidenciou a participante 01, que morava na região rural do estado do Maranhão, casou-se com 14 anos e, quando se mudou para Palmas/TO, em 1990, pensou em retomar os estudos, porém ela disse que o trabalho doméstico foi um dos entraves na época, hoje com os filhos casados, ela conta que estuda no período noturno o Ensino Fundamental. Conforme relata:

Quando eu cheguei aqui eu num tinha tempo para nada, principalmente para estudar, cansada de tanto trabalhar... eu queria era um sossego. Aí fui correr atrás de casa, correr atrás de estudo pra menino, queria formar menino, aquele rolo. Até que formei uma filha, a outra num se formou porque casou e a gente levou a vida graças a Deus. (...) Eu voltei a estudar porque aqui no mercado precisa muito de alguém que saiba. Aí quando ia no final do ano resolver os problemas da empresa eu tinha muita dificuldade... eu ficava com medo, tremia, porque lá era na mão, escrevendo. Aí eu fui e resolvi estudar para no dia que for preciso fazer alguma coisa, eu num to

com medo, eu já sei por onde começar.

Algumas participantes justificaram que seus companheiros não as deixaram continuar os estudos, na maioria dos relatos é possível perceber que a negativa dos cônjuges, restringindo a formação das parceiras se dá por ciúmes, transparecendo um sentimento de posse e comando sobre a companheira. Esses relatos evidenciam o desempoderamento destas mulheres, ficando subordinadas e oprimidas.

Além dessa submissão ao marido e o acúmulo de funções, outras entrevistadas narram um contexto de vida marcado por privações, baixa autoestima, desigualdade de gênero, dificuldades de acesso à educação e violência. Conforme demonstram as falas de depoentes como a participante 02 que expressou:

Comecei a trabalhar com 11 anos, fui trabalhar nas casas de família. Meus pais moravam na roça, e eu fui pra casa dos outros pra trabalhar mesmo. Lá eu não estudava, fui pra trabalhar mesmo. Só consegui estudar quando eu vim morar em Palmas. Eu trabalhei nas casas dos outros uns 15 anos, quando eu vim para Palmas, eu fui trabalhar na casa de uma mulher e fiquei lá por 09 anos, peguei o filho dela com seis meses e deixei a casa quando ele tinha nove anos.

Ao lembrar estes acontecimentos as depoentes vislumbram na História Oral a possibilidade de narrar fatos com a sua percepção da realidade, dando forma a relatos por vezes (in)visibilizados que podem ser multiplicados por milhares de situações semelhantes às narradas, vividas por mulheres nos estados do Norte do Brasil.

As entrevistas com História Oral "colocam estas mulheres como protagonistas, permitindo que contem suas histórias e construam oralmente o relato da sua identidade, que falem do seu cotidiano e das mudanças que

percebem e vivenciam subjetivamente (GUERRERO, 2015, p. 63). Neste contexto, a participante 06 narra que:

Sofria muito. Meu pai mudou para uma vila e me chamou de volta pra casa, eu morava com outra família, voltei, mas lá era muito ruim. Não tinha roça, não tinha nem arroz, nem legumes e aquilo era muito ruim. E a gente sofrendo, eu vi que quando a situação é difícil todo mundo fica irritado na casa. Eu via meus irmãos e minha mãe passando aquela situação eu não me sentia feliz. Eu sentia muita raiva e não tinha jeito de ajudar e quando eu via minha mãe grávida eu brigava com minha mãe demais, porque eu já via a situação que os outros passavam. Era tanto que quando minha mãe ficava grávida ela não queria falar, tadinha, ... mas eu não entendia, naquele tempo, eu só não queria que os meninos vivessem daquele jeito.

Dentre as beneficiárias do BPP, nota-se ainda que o autoemprego e as atividades relacionadas à vida doméstica, por meio da autarquia, constituem os ramos adotados pela maior parcela de beneficiárias atendidas. O que corrobora afirmações de vários autores consultados durante a pesquisa como Horta e colaboradores (2015), Cacciamali e colaboradores (2014) e De Kruijf (2015) cujos estudos alertam que estas atividades reforçam e perpetuam os papéis sociais impostos às mulheres ao longo dos séculos, a chamada cultura da domesticidade.

2.11 Tomada de decisão e pressão para pagar microcrédito

Nos relatos percebe-se que a maior parte das beneficiárias estudadas consultou seus companheiros na hora de decidir onde e como aplicar o recurso do microcrédito.

Sobre a decisão de trabalhar a participante 01 relata que a necessidade de dividir as despesas da casa motivaram seu companheiro a aceitar que ela buscasse uma alternativa de renda. "Ele apoia eu trabalhar porque é o jeito, não

tem outro jeito não. Sempre a gente trabalha junto, um sai pra um canto e o outro sai para o outro”.

Algumas depoentes relataram dificuldades para quitar o contrato com o BPP o que corrobora a afirmação de Horta e colaboradores (2015), em que a participante 07 destaca que:

la usar o dinheiro para ir comprar roupa em São Paulo, porque eu nunca fui e com esse valor dava para ir, entendeu, mas aconteceu isso, minha mãe morreu, né eu assumi muitas coisas lá... eu não consegui pagar todas as parcelas, quando minha mãe morreu eu fiquei muito ruim, aí desandou as coisas, mas eu pretendo pagar, já paguei 15 parcelas e vou conseguir pagar.

A participante 07¹⁴ relata que as dificuldades para pagar o contrato no seu caso tiveram origem no formato do programa, pois ela assinou o contrato juntamente com outras duas pessoas na modalidade avalista solidário, que é quando é formado um grupo de pessoas e todos os membros se responsabilizam pelos pagamentos como um todo, cada um dos beneficiários paga sua cota e a quitação do contrato fica condicionada ao pagamento do valor total contratado pelos membros do grupo. Conforme a participante:

Eu tive muita dificuldade pra quitar porque na época nós fizemos um grupo de três pessoas e eu paguei, minha vizinha pagou e o único homem do grupo não pagou, ele pagou somente duas prestações e abandonou, até hoje, acredito que está devendo lá. Eu ainda quero fazer outro empréstimo, mas preciso me regularizar primeiro.

Ao relatar sobre a decisão de iniciar um negócio próprio as participantes demonstram que a possibilidade de trabalhar e cuidar dos filhos e demais membros da família, a redução ou flexibilização da carga horária na atividade

¹⁴ Entrevista realizada no dia 01 de fevereiro de 2018.

produtiva e a inexistência de subordinação a um chefe direto são fatores que tiveram peso, conforme diz a participante 02 que relata: “Eu trabalhava numa loja e meus filhos ficavam com a minha cunhada. Eles tavam me chamando de tia, eu num tinha tempo pra eles, aí tomei a decisão de vender roupas por conta própria, faço meu horário e cuido mais deles”.

García e Zapata (2012, p.109) defendem que mesmo as mulheres usando o microcrédito na satisfação das necessidades de membros de seu grupo familiar e tendo acesso, por meio dele, a funções produtivas, a sua entrada e saída no mercado de trabalho são condicionadas pelos ciclos familiares e atividades no âmbito familiar por ela adotadas, como a educação de crianças e cuidado com idosos, como pais ou sogros. Os autores destacam que:

El modelo masculino de “hombre proveedor” presupone que los varones se incorporan o abandonan el mercado laboral según las presiones o exigências del ciclo vital en el que se encuentran. En Las tareas que asumen las mujeres (cuidar y educar a hijos e hijas, ver por lós enfermos y personas de la tercera edad) les condicionan y limitan el acceso al mercado laboral, así, los procesos implícitos en el sistema de las microfinanzas que apelan a la disminución de la pobreza y desigualdad en la que viven las mujeres han logrado éxitos parciales, no obstante el hecho de que las mujeres se inserten al mercado mediante el uso de estos recursos no resuelve del todo la problemática de su pobreza.

Esta afirmação corrobora o pensamento de León (2001, p.97) que defende que para que haja o empoderamento é necessário avaliar as condições e restrições impostas à categoria em análise, sempre com intenções de mudanças, de construção de condições de equidade e crescimento. Conforme explicita a autora:

Este empoderamiento puede ser una simple y mera ilusión, si no está conectado con el contexto y se relaciona con acciones colectivas

dentro de un proceso político. Si bien es cierto que resulta importante reconocer las percepciones individuales, no se puede reducir el empoderamiento de manera que ignore lo histórico y lo político. El empoderamiento incluye tanto el cambio individual como la acción colectiva. El empoderamiento como autoconfianza y autoestima debe integrarse en un sentido de proceso con la comunidad, la cooperación y la solidaridad. Al tener en cuenta el proceso histórico que crea la carencia de poder, se hace evidente la necesidad de alterar las estructuras sociales vigentes; es decir, de reconocer el imperativo del cambio.

O único curso relatado pelas beneficiárias foi ofertado pelo Sebrae, antes da assinatura do contrato com o BPP e, inclusive, é a partir dos cursos no Sebrae que muitas das mulheres atendidas são encaminhadas para o BPP e requerem o microcrédito como afirma a participante 03: “Eu peguei primeiro um empréstimo de mil reais no estado e abri o meu salão, daí eu resolvi ir no Sebrae para abrir o microempreendedor, e lá eles me informaram que a Prefeitura estava fazendo empréstimo para o microempreendedor. Daí, eu fui lá e peguei dez mil, em 2015”.

Desta forma este estudo aponta que mesmo com definições rígidas e lei própria, que especifica suas metas e atribuições, o programa de microcrédito da Prefeitura de Palmas não é realizado da forma como especificam estas normativas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo constatou-se, por meio da História Oral, que o acesso aos recursos traz melhorias nas condições de vida das mulheres pesquisadas, no entanto, apenas a renda não foi capaz de empoderá-las no sentido de dar condições de emancipação, autonomia, participação social, autoestima e formação educacional, fatores importantes para o empoderamento destas mulheres e com impacto direto na formação de seus filhos e de todas as

pessoas que convivem com elas.

Mesmo se estas mulheres utilizassem os recursos obtidos com o empréstimo no microcrédito, exclusivamente, para investimentos em seus negócios, o que não foi confirmado na realidade verificada neste estudo, o empoderamento poderia ser parcial, pois, para ser mais amplo deveria estar acompanhado de orientações e capacitações que guiem essas clientes para um processo de tomada de decisões sobre os investimentos, seus próprios negócios e as rendas futuras, sendo imprescindível também, uma mudança cultural em todo o seu círculo familiar e comunitário a partir de sua emancipação e maior participação democrática.

Apesar de ser importante e ter possibilitado avanços na qualidade de vida de muitas das entrevistadas, o microcrédito, enquanto política pública, não foi utilizado de forma a possibilitar a estas clientes mudanças profundas em suas vivências marcadas pela desigualdade de gênero, violência, subjugação e alienação. O fato de nenhuma das entrevistadas possuir formação de nível superior e grande parte delas, possuir apenas o ensino fundamental completo também evidencia a necessidade da política de microcrédito ser mais incisiva, no sentido de fortalecer estas beneficiárias e ampliar sua formação seja por meio da oferta de cursos, oficinas e capacitações. Fato que não foi identificado no estudo.

Outra realidade apontada pelo estudo é o acúmulo de funções, com dupla e muitas vezes tripla jornada destas mulheres, que para atuar no chamado "mundo produtivo" não podem deixar de cumprir seus papéis de mãe, esposa, cuidadora de idosos, etc., conforme relatado nas entrevistas. Essa carga excessiva de afazeres, a pressão, cobranças e tensão se convertem em doenças como o alcoolismo e outras mazelas sociais, conforme realçam os relatos.

As narrativas e até o comportamento das entrevistadas mediante a presença ou não de seus companheiros durante a realização das entrevistas deixam evidentes que o processo de tomada de decisões e seu cotidiano é marcado pela presença dos chamados papéis de gênero e por um sentimento de subjugação, sendo direcionadas a elas as tarefas domésticas, os cuidados com os filhos (alimentação, educação, saúde), cuidado com idosos (sogra, sogra, mãe, dentre outros), cuidados com animais de estimação e outras atribuições tidas culturalmente como “de mulher”.

A permanência destas mulheres em atividades ligadas ao ambiente doméstico também marca este estudo, a maior parte das participantes desenvolve suas atividades nas suas próprias residências, em “puxadinhos”, garagens, salas de visitas ou na própria cozinha onde podem continuar cuidando de seus afazeres domésticos.

Segundo os relatos das entrevistadas, o microcrédito traz um impulso e uma nova possibilidade para elas, ao dar-lhes recursos para investir em atividades geradoras de renda ou incrementar atividades que já desempenhavam, porém, pode ser subutilizado ou mal utilizado, como foi evidenciado nos depoimentos seja para o custeio de medicamentos, funeral, viagens, cursos e aluguel. Esse desvio de utilização pode trazer dívidas, pressões e sobrecarga para suas beneficiárias.

Conclui-se que este estudo demonstra que sim, o microcrédito é um fator importante no combate as desigualdades de gênero e, também, um aliado nos investimentos em atividades geradoras de renda para mulheres. No entanto, necessita de melhores ferramentas quando o assunto é empoderamento feminino, no sentido de promover a emancipação delas, a capacidade de tomada de decisões, promover capacitação e fomentar a

participação social de suas beneficiárias.

REFERÊNCIAS

BAQUERO, R. V. A. Empoderamento: instrumento de emancipação social?-Uma discussão conceitual. **Revista debates**, v. 6, n. 1, p. 173, 2012.

BRASIL. **Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005**. Institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO. Presidência da República, Casa Civil, Brasília, DF, 26. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11110.htm
Acesso em: 15 de dezembro de 2016.

CACCIAMALI, M. C., MATOS, F., MACAMBIRA, J. O Setor de Microfinanças e as Políticas de Microcrédito no Brasil. In: **A Atividade e a Política de Microcrédito no Brasil**. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, 2014.

CAMPOS, F. R. As particularidades do empoderamento da mulher e em consequência o desempoderamento do homem. **Revista Faz Ciência**, v. 16, n. 24, p. 80-95, 2014.

DE KRUIJF, Petra et al. **Empoderamento, gênero e microcrédito: a política de microcrédito na Região Metropolitana do Recife**. 2015. Dissertação de Mestrado.

DEERE, Carmen Diana; LÉON, Magdalena. **O Empoderamento da Mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Tradução: Letícia Vasconcellos Abreu, Paula Azambuja Rossato Antinolfi e Sônia Terezinha Gehering. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. **Aquicultor**. Disponível em <https://www.dicio.com.br/aquicultor/>. Acesso: 22 nov. 2018.

GOULART, Maria J. Barbosa; NETO, Antônio José Pedroso. A densa vida social e política dos agentes da estrutura organizacional do banco do povo. **REDD-Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, v. 4, n. 2, 2012.

GUERRERO, Olaya Fernández. **Processos de empoderamento das mulheres de comunidades no Rio de Janeiro**. In: PARENTE, Temis Gomes; MIRANDA, Cynthia Mara. (Org.) *Arquiteturas de gênero: questões e debates*. Palmas, TO: EDUFT, 2015. p. 59-91

HORTA, José Luis García et al. **El microcrédito como estrategia para atenuar la pobreza de las mujeres, ¿cuál pobreza?**. *Estudios Fronterizos*, v. 15, n. 30, p. 97-126, 2014.

HORTA, José Luis Garcia; CARRILO, Maria del Rosario Ayla; MARTELO, Emma Zapata. **Empoderan las microfinanzas?** Um estudo de caso em México. In: PARENTE, Temis Gomes; MIRANDA, Cynthia Mara. (Org.) *Arquiteturas de gênero: questões e debates*. Palmas, TO: EDUFT, 2015. p. 21-58

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **Cidades@, 2017**. [online] Disponível na internet via WWW URL: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=172100>. Arquivo consultado em 20 de Fevereiro de 2017.

LAGARDE, M. **"El género"**, fragmento literal: 'La perspectiva de género', en **Género y feminismo. Desarrollo humano y democracia**, Ed. horas y HORAS, España, 1996, pp. 13-38.

LEÓN, Magdalena. El empoderamiento de las mujeres: encuentro del primer y tercer mundos en los estudios de género. **Revista de estudios de género: La ventana**, v. 2, n. 13, p. 94-106, 2001.

MATOS, Julia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski de. (2011). **História oral como fonte: problemas e métodos**. *Historiæ*, 2(1), 95-108.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. 2. ed. Tradução N. Palhano. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

OLIVEIRA, Munique Daniela Maia de; PARENTE, Temis Gomes. O processo de (des)empoderamento das mulheres nos empreendimentos de economia solidária. In: PARENTE, Temis Gomes; MIRANDA, Cynthia Mara. (Org.). **Arquiteturas de gênero: questões e debates**. Palmas, TO: EDUFT, 2015. p. 93-122.

ONU Mulheres. **Princípios de Empoderamento das Mulheres**. 2016. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/referencias/principios-de-empoderamento-das-mulheres/#>>. Acesso em: 16 de nov. 2016.

PALMAS. **Lei nº 1.367, de 17 de maio de 2005**: Cria o Fundo Municipal de Desenvolvimento da Economia Popular e Solidária do Município de Palmas - BANCO DO POVO e dá outras providências. Disponível em <https://legislativo.palmas.to.gov.br/media/leis/lei-ordinaria-1.367-2005-05-17-23-1-2018-15-3-36.pdf>.

_____. **Decreto nº 198, de 15 de agosto de 2006**: Regulamenta a Lei nº 1.367, de 17 de maio de 2005, que cria o Fundo Municipal de Desenvolvimento da Economia Popular e Solidária do Município de Palmas - BANCO DO POVO, da forma que especifica. Disponível em <https://legislativo.palmas.to.gov.br/media/leis/DECRETO%20N%C2%BA%20198-2006%20de%2015-08-2006%2010-7-5.pdf>

PARENTE, Silvana. **O mercado financeiro e a população de baixa renda**. Brasília: CEPAL – Escritório no Brasil, 2003.

PARENTE, Temis Gomes. **Gênero e Memória de mulheres desterritorializadas**. ArtCultura, Uberlândia, v. 9, n. 14, jan-jun. 2007.

_____. **Territorialização e papéis de gênero**: o caso do Reassentamento Córrego Prata (TO). In: SANTOS, Regma Maria dos; BORGES, Valdeci Resende (Org.). Imaginários e representações: entre fios, meadas e alinhavos. Uberlândia: Aspectus, 2011.

_____. Desenvolvimento regional na perspectiva de gênero. **Rev. Projeto História**, São Paulo, n. 45, dez. 2012. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/15015/11209>>. Acesso em 16 jan. 2017.

PARENTE, Temis Gomes Parente; GUERRERO, Olaya Fernández Guerrero. **O desempoderamento das mulheres dos reassentamentos rurais em Porto Nacional (TO, Brasil)**. História Oral, v. 2, n. 14, p. 173-197, jul.-dez. 2011.

PNUD - **Estrategia sobre igualdad de género del Programa de las Naciones**

Unidas para el Desarrollo-2014-2017. Disponível em: <[http://iknowpolitics.org/sites/default/files/estrategia sobre igualdad de g enero del programa de las naciones unidas para el desarrollo 2014-2017.pdf](http://iknowpolitics.org/sites/default/files/estrategia_sobre_igualdad_de_genero_del_programa_de_las_naciones_unidas_para_el_desarrollo_2014-2017.pdf)>. Acesso em: 16 de nov. 2016.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em História**, São Paulo, n. 14, 1997.

SALVATICI, Silvia. **Memórias de gênero**: reflexões sobre a história oral de mulheres. *História oral* (8)1, Rio de Janeiro, Editora da FGV, 2005, pp.29-42.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Tradução: Christiane Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. 1990.

TOMETICH, Patrícia et al. **O Processo de Difusão de Inovação Social**: Um Estudo sobre o Microcrédito no Brasil. *Seminários em Administração* (16.: 2013 out. 24-25: São Paulo, BR-SP). Trabalhos. São Paulo: FEA/USP, 2013, 2013.

ZAPATA-MARTELO, Emma; ZAVALA, Josefina López; HERNÁNDEZ, Miriam; BUENO, Laura Garza; MORENO, Pedro Pablo Ramírez; ÁVILA, María Isabel Ramos; EMBA, Camelia Reyes. **Microfinanzas y empoderamiento de mujeres rurales – las cajas de ahorro y crédito en México**. México: Plaza y Valdés, 2003.

SILVA, V. P.; BARROS, D. D. **Método história oral de vida**: contribuições para a pesquisa qualitativa em terapia ocupacional. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, v. 21, n. 1, p. 68-73, jan./abr. 2010.